



ID: 115927118

03-03-2025

# A UE precisa de muito mais do que gastar em armas



Ricardo Paes Mamede

Muitos dos investimentos sacrificados em nome da disciplina orçamental poderiam ter tornado agora a Europa mais capaz

Depois de três anos sujeito aos ataques das tropas russas, o povo ucraniano tem de suportar agora a humilhação do império americano, que andou anos a garantir que estaria lá para o que desse e viesse. Face a isto, não admira que grande parte dos europeus queira livrar-se da dependência militar face aos EUA, proteger-se de eventuais agressões russas no futuro e ajudar a Ucrânia no presente.

Para o efeito, viram-se para a União Europeia (UE). Paradoxalmente, a mesma instituição que há uma dúzia de anos sujeitou os países da Europa do Sul à humilhação e ao empobrecimento forçado, acusando-os de serem responsáveis por uma crise que, na verdade, teve início nos EUA e que só se alastrou enquanto as autoridades europeias quiseram. A mesma UE que ora alimentou, ora fingiu ignorar as tensões que se acumulavam a leste desde 2014, participando dessa forma meio-sonsa num jogo perigoso que só poderia acabar mal. Uma entidade cuja lógica, desde há muito, sobrepõe os objectivos económicos a todos os outros.

Vale a pena relembrar em que consiste essa lógica, que dominou o Velho Continente nas últimas quatro décadas. O objectivo central era criar um mercado de escala continental, esperando com isso aumentar a eficiência e tornar a Europa mais atractiva para o investimento. Para tal, começou-se por abolir as fronteiras físicas e legais entre países, deixando circular bens, pessoas e capitais sem restrições. Harmonizaram-se regras e limitou-se o apoio dos Estados aos produtores nacionais, para forçar a concorrência, como se as forças em presença fossem todas iguais. Logo a seguir criou-se uma moeda única, para facilitar as transacções comerciais e financeiras, ao mesmo tempo que se impunham limites estritos aos défices orçamentais e dívidas públicas, para evitar que comportamentos irresponsáveis num Estado-Membro tivessem repercussões negativas sobre os restantes. Tudo isto deveria conduzir a uma Europa mais próspera e mais estável.

As coisas não correram tão bem como tinha sido anunciado. O crescimento do PIB na zona euro nas últimas três décadas foi



cerca de metade do verificado na economia americana, por exemplo. Para além de mais baixo, o crescimento europeu foi mais volátil e desigual. Os períodos de maior atraso registaram-se nos anos que se seguiram às grandes crises, em particular a de 2008/2009: a zona euro como um todo só em 2014 voltaria a registar um PIB idêntico, em termos reais, aos níveis pré-crise (nos países do Sul, seria necessário esperar pelo menos mais dois anos); por contraste, em 2010, os EUA e várias outras economias já tinham regressado aos níveis de actividade de 2008. Para além disso, aumentaram os desequilíbrios externos entre os Estados Membros. E as diferenças de rendimento entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres da população da zona euro são hoje maiores do que no início do século.

Para quem acompanhou os debates sobre as opções europeias ao longo das últimas décadas, nada disto é surpreendente. Desde cedo se assinalou que a arquitectura da União Económica e Monetária assentava em princípios questionáveis, nomeadamente na imposição de regras orçamentais que ignoravam as especificidades de cada país e o contexto macroeconómico em que operavam. Por várias vezes, em vez de amortecer os choques económicos, a

obsessão pelo controlo do défice e da dívida pública amplificou-os. O resultado foi uma zona euro mais vulnerável a crises e menos capaz de recuperar rapidamente das recessões, com impactos duradouros na capacidade produtiva e na coesão social, em particular nos países com economias estruturalmente mais fracas.

A rigidez do modelo europeu ficou ainda mais evidente na forma como tratou o investimento público. Com as regras orçamentais a não distinguirem entre

“

**Os povos europeus precisam de ser mais exigentes no que respeita à acção das instituições europeias e dos seus líderes**

despesa corrente e despesa de capital, os governos foram forçados a reduzir o investimento necessário para estimular o crescimento, assegurar a coesão e acelerar a transição energética. Enquanto outros países responderam à crise com pacotes de estímulo que reforçaram as suas capacidades produtivas e tecnológicas, na UE dominou a lógica do ajustamento orçamental, que enfraqueceu as economias não apenas no imediato, mas também a longo prazo.

Quando a pandemia chegou em 2020, os dirigentes europeus perceberam que, sem medidas extraordinárias, as tensões políticas e sociais acumuladas na década anterior se tornariam insustentáveis. Por isso, suspenderam as regras orçamentais e aprovaram um pacote financeiro de 650 mil milhões de euros, para apoiar o investimento. Parece muito, mas os valores em causa não chegam sequer para repor o investimento que ficou por fazer desde 2010, quanto mais para os desafios do presente. Entretanto, impuseram-se novas regras, mantendo a pressão sobre a despesa pública, qualquer que seja a sua natureza.

Os mesmos que até há pouco defendiam a disciplina orçamental acima de tudo, defendem agora que o cumprimento das regras pode ser posto de lado - desde que seja para gastar em armamento.

O paradoxo é evidente. Se os constrangimentos financeiros eram tão intransponíveis que não permitiam investimentos fundamentais para a coesão social, para a modernização da economia ou para a transição energética, como se justifica que agora haja margem para financiar um aumento substancial da despesa militar? Das duas, uma: ou os argumentos sobre a insustentabilidade das finanças públicas europeias foram um pretexto para impor um modelo de sociedade, ou há quem acredite que gastar em armas faz bem às contas públicas.

A situação actual vai revelando aquilo que já se suspeitava: os limites orçamentais europeus não são neutros nem tecnicamente inevitáveis. São o resultado de escolhas políticas que determinam que certos tipos de despesa são indesejáveis, enquanto outros podem ser tolerados, independentemente do impacto que tenham na estabilidade financeira da zona euro. A ironia é que, ao longo das últimas décadas, muitos dos investimentos adiados ou sacrificados em nome da disciplina orçamental foram precisamente aqueles que poderiam ter tornado a Europa mais capaz de lidar com alguns dos problemas que agora enfrenta.

O mundo está em transformação rápida, é certo: na geopolítica, na tecnologia, nas opções energéticas, nas relações económicas internacionais. Neste quadro, os povos europeus precisam de pensar e reforçar a sua cooperação em várias áreas, incluindo a defesa. Mas precisam também de ser mais exigentes no que respeita à acção das instituições europeias e dos seus líderes, cujas opções ao longo dos anos têm deixado muito a desejar.

**Economista e professor do ISCTE**